

**CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES
FAMILIARES DO NOROESTE DE SÃO PAULO E O
ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA A
CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR**

**SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF FAMILY FARMING IN THE
NORTHWEST OF SÃO PAULO (BRAZIL) AND THE LEASING OF LAND
FOR THE CULTIVATION OF SUGAR CANE**

**CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE LOS PRODUCTORES
FAMILIARES DEL NOROESTE DE SÃO PAULO (BRASIL) Y EL
ARRENDAMIENTO DE TIERRAS PARA EL
CULTIVO DE CÃNA DE AZÚCAR**

Edy Carlos Santos de Lima

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-Uniderp.
Professor da Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo – Fatec/Jales-SP.
edy.lima@fatec.sp.gov.br / <http://orcid.org/0000-0001-7566-378X>

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor da Universidade
Anhanguera-Uniderp.
akmorbeckoliveira@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-9373-9573>

Rosemary Matias

Doutora em Química pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora da Universidade
Anhanguera-Uniderp.
rosematiasc@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0154-1015>

José Carlos Pina

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-Uniderp.
Pós-doutorando pela Universidade Anhanguera-Uniderp.
josecarlospina@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-5414-9386>

Vanderleia Salete Mantovani

Mestre em Agronegócio Sustentável pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Professora da
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
vanderleia.mantovani@unemat.br / <http://orcid.org/0000-0002-8959-1227>

Recebido: 11/05/2021; Aceito: 13/11/2021; Publicado: 31/10/2022.

RESUMO

A agricultura familiar desenvolvida em pequenas propriedades rurais é de grande importância, pois produz a maior parte dos alimentos que abastecem o mercado interno. Porém, em diferentes regiões, essa atividade está sendo substituída por outros processos produtivos e, nesse contexto, objetivou-se analisar as características socioeconômicas dos pequenos produtores de Jales e Fernandópolis, São Paulo. Foi aplicado um formulário semiestruturado aos proprietários e os

resultados demonstram a predominância de produtores idosos do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade insatisfatório, com a maior parte possuindo renda mensal na faixa superior a quatro salários-mínimos, vinculada aos que arrendaram terras para as usinas sucroenergéticas. A falta de recursos, envelhecimento da população e baixa produtividade estão induzindo gradualmente ao abandono das atividades.

Palavras-chave: Produtor Familiar; Jales; Fernandópolis; Usinas Sucroenergéticas.

ABSTRACT

Family farming developed on small rural properties is of great importance, as it produces most of the food that supplies the domestic market. However, in different regions, this activity is being replaced by other production processes. This paper analyzes the socioeconomic characteristics of small rural producers of Jales and Fernandópolis, São Paulo. A semi-structured questionnaire was applied to the producers and the results demonstrate the predominance of elderly male producers, with unsatisfactory level of education, with the majority having monthly income in the range above four minimum wages, due to land lease for sugar-energy plants. The lack of resources, an aging population and low productivity are gradually leading to the abandonment of activity.

Keywords: Family Producer; Jales; Fernandópolis; Sugar-energy Plants.

RESUMEN

La agricultura familiar desarrollada en pequeñas propiedades rurales es de gran importancia, ya que produce la mayor parte de los alimentos que abastecen el mercado interno. Sin embargo, en diferentes regiones, esta actividad está siendo reemplazada por otros procesos productivos y en este contexto, el objetivo fue analizar las características socioeconómicas de los pequeños productores de Jales y Fernandópolis, São Paulo. Se aplicó un formulario semiestructurado a los propietarios y los resultados evidencian el predominio de productores varones ancianos, con nivel educativo insatisfactorio, siendo la mayoría con ingresos mensuales en el rango superior a cuatro salarios mínimos, vinculados a los que arriendan tierras a plantas de energía azucarera. La falta de recursos, el envejecimiento de la población y la baja productividad están provocando paulatinamente el abandono de las actividades.

Palabras clave: Produtor Familiar; Jales; Fernandópolis; Plantas de Energía Azucarera.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar possui grande importância no Brasil, sendo responsável pela produção de 70% dos principais produtos consumidos pela população, como a mandioca, feijão, leite, milho, aves, ovos e suínos. Além disso, produz 1/3 do PIB na área agropecuária, situação que tem desencadeado ações as quais cada vez mais reforçam as políticas públicas destinadas ao setor (GUILHOTO et al., 2006).

A região noroeste do estado de São Paulo possui uma economia essencialmente agrícola, baseada principalmente em pequenas propriedades rurais relacionadas ao trabalho familiar. De acordo com pesquisa de Fredo e Otani (2015), caracterizando a agricultura familiar dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) nos municípios de Jales e Fernandópolis, a economia regional é sustentada pela pecuária e produção de frutas, milho, cana-de-açúcar e silvicultura, por exemplo, sendo que 91,5% das propriedades possuem até

100 ha (4 módulos fiscais). Entretanto, Lima et al. (2020) afirmam que entre os anos de 1984 e 2014, ocorreu o crescimento de 3.000% da área canavieira, demonstrando o início de uma nova matriz econômica na região.

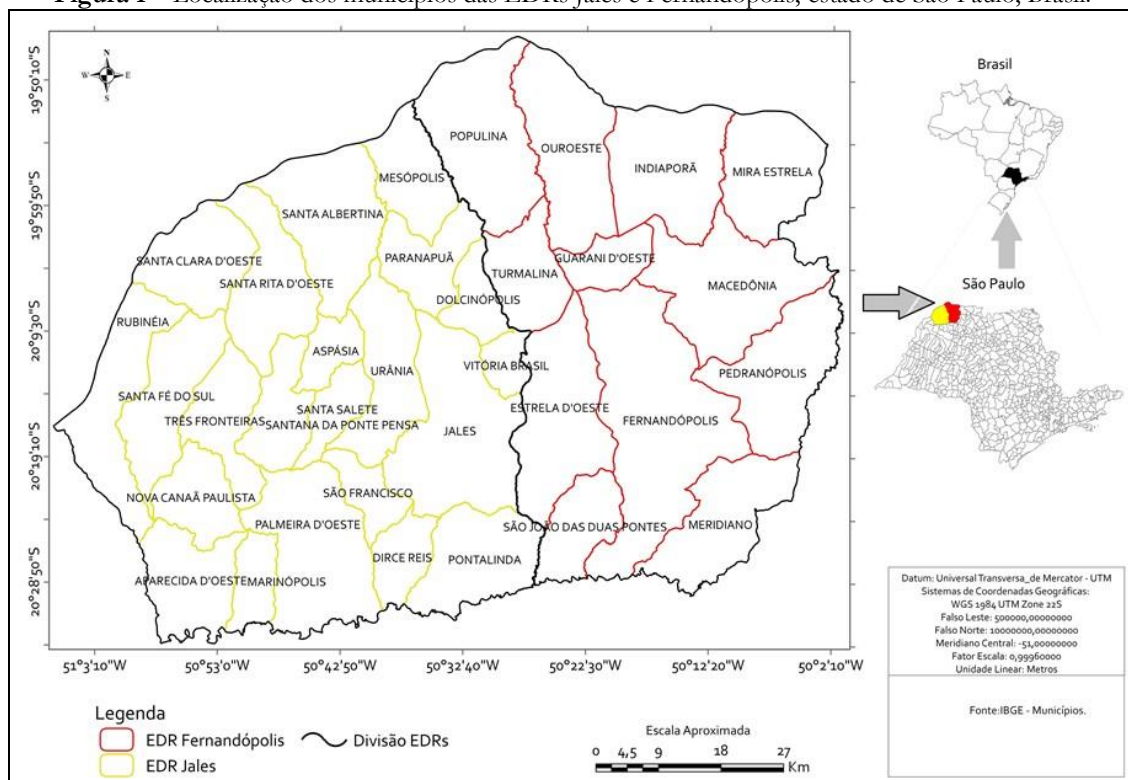
De acordo com os critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pode-se dizer que, embora nem toda propriedade pequena seja familiar, quase todas as propriedades familiares localizadas nessas EDRs são pequenas (COSTA et al., 2012). A importância da agricultura familiar em pequenas propriedades é bem conhecida e por este motivo o estudo da dinâmica desses locais é relevante, o que é confirmado por Carvalho e Kuhn (1999), ao demonstrarem o mérito de se avaliar a agricultura familiar no âmbito de estados e municípios, como uma atividade específica.

Dessa maneira, objetivou-se caracterizar o perfil dos pequenos produtores rurais e as atividades agrícolas predominantes nas EDRs de Jales e Fernandópolis, estado de São Paulo, frente à expansão da cultura canavieira na região.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado nos 34 municípios pertencentes aos EDRs de Jales e Fernandópolis, região noroeste de São Paulo (Figura 1), onde identificou-se a existência de 14.131 unidades produtivas. A população amostral foi identificada por meio do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), obtidos junto à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Do total de propriedades detectadas, 12.932 possuíam áreas com até 100 ha, sendo escolhidas como objeto de estudo, com o projeto de pesquisa submetido, analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Anhanguera-Uniderp.

Figura 1 – Localização dos municípios das EDRs Jales e Fernandópolis, estado de São Paulo, Brasil.



Fonte: Adaptado pelos autores do IBGE (2017).

Para determinação da amostragem, utilizou-se a fórmula proposta por Fonseca e Martins (2011), utilizadas em populações finitas, admitindo-se um nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = número de elementos da amostra;

Z = abscissa da curva normal padrão, fixado a um nível de confiança de 95%. Para esse nível de confiança considera-se, $z = 1,96$;

N = número de elementos da população;

p = estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida;

q = $1 - p$;

d = erro amostral admitido, expresso em decimais.

Admite-se suportar entre p e q , sendo: $N = 12.932$; $z = 1,96$; $p = 0,50$; $q = 0,50$ e $d = 0,05$ (5%).

Das propriedades consideradas (12.932), obteve-se uma amostra de 373 empreendimentos rurais. Após, aplicou-se a regra de proporcionalidade para identificação de quantas seriam visitadas em cada município. Em seguida, depois de cadastradas por

numeração, foi realizado o sorteio via Excel, selecionando os locais para aplicação dos formulários semiestruturados, que identificavam a idade e nível educacional dos produtores, tamanho e tempo de posse da área, sucessão familiar, fontes de renda e valores, atividades exploradas, participação em entidades de classe, acesso à assistência técnica e crédito rural e, ainda, interesse em arrendar as terras e o tempo de arrendamento.

A pesquisa foi realizada entre 2017, 2018 e 2019, por meio de visitas dos entrevistadores, que obtinham informações com os proprietários na propriedade ou no local onde o proprietário se encontrasse. Quando necessário, uma nova visita ocorria. Os dados coletados foram tabulados e analisados por meio do software Sphinx 5.0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A divisão da população dos entrevistados por gênero é de 80% do sexo masculino e 20%, feminino. Em relação à idade dos produtores rurais, a maioria (56,1%) está na faixa acima de 60 anos ou entre 50 a 59 anos (26,8%), seguido por 40 a 49 anos (9,9%), 30 a 39 anos (4,8%) e apenas 2,4%, entre 22 a 29 anos. Os responsáveis pelas propriedades tendem a ser pessoas mais maduras em idade mais avançada, com pequena porcentagem de jovens no meio rural.

Os resultados demonstram o nítido processo de envelhecimento da população, no qual o processo de sucessão familiar ocorre de maneira parcial. Os motivos que levam os filhos a não trabalharem nas propriedades com as famílias podem estar relacionados ao tamanho delas, à falta de mecanismos para aumentar a renda, aos problemas relacionados às políticas agrícolas, além de os pais também defenderem a saída dos filhos para as cidades em busca de melhores oportunidades de renda (BUAINAIN et al., 2007). Veloso (2011) explica que um dos fatores que levaram a saída de parte da população rural desta região, principalmente os mais jovens, para a cidade, foi a decadência da cafeicultura. Dessa maneira, o processo de envelhecimento da população rural foi acelerado, com a não reposição da mão de obra.

Com relação à escolaridade, constatou-se que a maioria dos entrevistados (50,9%) possui apenas o ensino fundamental incompleto ou baixo nível de escolarização (analfabetos, 11,8%; fundamental completo, 9,9%; e, médio incompleto, 5,6%). Apenas 12,9% possuem o médio completo; 0,3%, superior incompleto e; 8,6%, superior completo. No conjunto, pode-se afirmar que a maior parte dos proprietários tem nível insatisfatório de educação formal, resultado que pode ser relacionado à dificuldade de acesso ao sistema

educacional (devido à falta de escolas próximas, por exemplo), levando ao abandono do processo de educação formal, entre outros motivos.

Silvestro et al. (2001) destacam que a não valorização da educação escolar acaba tornando o futuro proprietário uma pessoa de pouca ou nenhuma qualificação; dessa maneira, permanece na atividade rural desenvolvendo apenas as atividades básicas, sem incorporar novas tecnologias. De acordo com Peres (2011), essa situação é encontrada em todas as regiões do Brasil, sendo comum em determinadas áreas do Norte e Nordeste, porém também existem locais que ocorre um mínimo de ensino formal, como no Sul do país.

Esse analfabetismo ou semianalfabetismo pode levar a sérias consequências na gestão da propriedade, uma vez que, no cenário brasileiro, o sucesso na gestão agrícola, atualmente, exige tratar a propriedade rural como uma empresa. Segundo Araújo (2014), para seu gerenciamento, necessita-se aplicar ferramentas como planejamento, organização, direção e controle, analisando as informações do mercado. A função da gestão é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, a partir de conhecimentos dos fatores externos e internos da propriedade (DALCIN; MACHADO, 2015). É necessário ao pequeno produtor uma gestão eficiente, questionando o que, quando e como produzir, além de avaliar os resultados obtidos (SANTOS et al., 2002), para que ocorra o sucesso na gestão de sua propriedade.

Quanto ao tempo transcorrido de propriedade da terra, 67% são detentores da área há mais de 20,1 anos; 13%, 15,1 a 20 anos; 7%, 10,1 a 15 anos; 7%, 5,1 a 10 anos e; 6%, em torno de 5 anos, com a maior parte dos produtores tendo grande experiência frente às atividades rurais, demonstrando ligação com a terra. Esses resultados também estão ligados ao processo de obtenção da propriedade, nos quais, 58% das propriedades advêm de parte de herança de família; 27%, compra de parentes; 14%, compra de terceiros e; apenas 1%, outros. O elevado número de compras de propriedades de parentes indica que ocorre a sucessão familiar dentro das propriedades, de diferentes formas e, de acordo com Zago (2016), um maior tempo frente à propriedade rural pode ser explicada em decorrência de sua transferência de geração em geração, tal qual foi observado.

Marcondes (2011), em estudos sobre a ocupação do estado de São Paulo, descreve que, após o ano de 1822, vigorou a posse “mansa e pacífica”, desde que a área fosse cultivada. Essa situação foi legitimada pela lei de terras de 1850 e essas posses continuaram a ser reconhecidas, dependendo da região, até o início do século XX, formando uma estrutura fundiária composta por propriedades de diferentes tamanhos. Nardoque e

Gerardi (2005) escrevem que na região Noroeste Paulista, onde estão localizadas as EDRs estudadas, essa situação perdurou até a década de 1940, quando ocorreu a “frente pioneira”, criada por especuladores, levando a fragmentação de grandes propriedades em pequenos lotes. Portanto, o grande número de entrevistados que adquiriram a propriedade rural através de herança pode ser explicado pelo fato de seus antecessores terem adquirido as referidas áreas nos processos descritos por Nardoque e Gerardi (2005) e Marcondes (2011).

Os resultados relacionados ao arrendamento de terra demonstraram que 41% dos entrevistados arrendavam sua propriedade, total ou parcialmente, às usinas sulcroenergéticas. Essa situação criou uma discrepância entre os rendimentos obtidos com as propriedades, em que locais arrendados permitiam maior ganho monetário (Tabela 1), obtidos com menor esforço, por parte dos produtores.

Tabela 1 – Arrendamento de terras x renda bruta mensal dos produtores rurais, Escritórios de Desenvolvimento Rural de Jales e Fernandópolis, São Paulo, Brasil

Propriedade arrendada para a usina	Sim - 41%	Não - 59%
Renda (salário-mínimo)		
Até 1,0	0%	3%
Entre 1,1 e 2,0	1%	16%
Entre 2,1 e 3,0	3%	30%
Entre 3,1 e 4,0	3%	25%
Acima de 4,1	93%	26%

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Identificou-se que 59% dos produtores rurais não tiveram interesse no arrendamento de terras, preservando a identidade de agricultores familiares, sob a justificativa de valorização das raízes do campo. A porcentagem de proprietários que não arrendam suas terras e possuem uma renda superior a 4,1 salários-mínimos (Tabela 1) pode estar relacionada a uma gestão eficiente, aplicando técnicas de gerenciamento que resultem em redução de custos, aumento da produtividade e melhoria das vendas. Segundo o SEBRAE (2016), a gestão profissional da propriedade rural resulta em redução de custos, aumento da produtividade, melhoria das vendas e facilidade na identificação de novas oportunidades, favorecendo, assim, uma melhor renda para o produtor.

Embora a maior parte dos proprietários possua experiência de muitos anos à frente de sua propriedade rural, a rentabilidade, de maneira geral, é pequena, fator provavelmente relacionado ao nível educacional deficiente, o que leva a dificuldades de identificação de

novas oportunidades e problemas de gestão, o que não favorece uma melhor renda. Esses dados encontrados são corroborados por Araújo (2018), que afirma a falta de qualificação dos pequenos produtores trazer prejuízos à gestão da propriedade rural, uma vez que o produtor não consegue utilizar-se das técnicas de gestão de forma eficiente e eficaz, além de tecnologia disponível no mercado para se ter melhores resultados. A adoção de práticas de gestão é primordial para o sucesso da propriedade rural junto ao ambiente em que está inserida, principalmente em períodos de instabilidade econômica, tal como a que o país vive periodicamente. Por isso, segundo Borges et al. (2015), a estruturação, informação e o aprimoramento dos processos de gestão são importantes para a propriedade rural, proporcionando ganhos de competitividade e sustentabilidade do negócio agropecuário a longo prazo, com melhor rendimento. Dessa maneira, a maior lucratividade (acima de 4,1 salários), observada para pequeno grupo de proprietários que não arrendam poderia ser um indicativo de sua eficiência gerencial.

Além disto, o empreendedor rural que realiza a gestão da sua propriedade, independentemente de sua dimensão, tem maior credibilidade junto aos outros setores da economia, demonstrando organização e conhecimento sobre as atividades que realiza (BUAINAIN et al., 2007), o que facilita a obtenção de novas linhas de crédito e aprimoramento de sua atividade.

Outro importante resultado observado é relacionado as outras fontes de renda, em que 77% dos entrevistados possuem rendimentos diversos (23% não possuem nenhuma fonte), sendo o principal os proventos de aposentadoria (78%), seguidos por funcionários públicos municipais, estaduais ou federais (5%), emprego no comércio (2%) ou no meio rural (1%) e outros (14%). Segundo MPS (2015), dos benefícios emitidos pela previdência social na região estudada em 2014, 49% são de aposentadoria rural. Esta situação indica que grande parte dos proprietários complementa a renda rural com aposentadoria. Novamente as informações demonstram uma população envelhecida e que depende cada vez mais da seguridade social.

Em algumas situações, os empreendedores familiares acabam dependendo de rendas extras, destacando-se, por exemplo, aposentadorias ou atividades não agrícolas (SILVESTRO et al., 2001; ZAGO, 2016). Dessa maneira, para o pequeno produtor, a renda advinda de outras fontes pode ser um meio para que ele realize investimentos necessários ao desenvolvimento da propriedade, sem a necessidade de recorrer a financiamentos em bancos ou, até mesmo, possa sobreviver no campo.

De acordo com Boscardin e Spanevello (2019), avaliando propriedades familiares no município de Frederico Westphalen, norte do estado do Rio Grande do Sul, a aposentadoria rural tem papel fundamental na composição de renda dessas famílias, às vezes representando a totalidade dos ingressos monetários e indicando que as atividades agrícolas têm pequeno retorno financeiro, ou seja, sem as aposentadorias rurais, uma parcela da população rural não conseguiria sobreviver.

Entre as atividades desenvolvidas na região dos EDRs de Jales e Fernandópolis, destacam-se a horticultura, fruticultura, silvicultura, lavoura de grãos, bovinocultura de corte e de leite, avicultura, suinocultura, piscicultura, apicultura, ovinocultura, caprinocultura e o cultivo da cana-de-açúcar. Anteriormente, a atividade cafeeira se destacava, porém, com a crise do café a partir da década de 1980, os empreendedores rurais tiveram de buscar novas alternativas de produção. Segatti (2009) descreve que ocorreu uma conjuntura político-econômica nacional e internacional, além de fatores como o manejo inadequado do solo, geadas e a proliferação de pragas e doenças, o que levou ao declínio da cultura cafeeira.

Os resultados obtidos, dentre o leque das atividades citadas, indicaram que, atualmente, as que mais contribuem para renda da propriedade são a cana-de-açúcar (41%), fruticultura (30%), bovinocultura de corte (19%) e de leite (16%). De acordo com Lima et al. (2020), a região apresenta crescimento significativo da área canavieira, que substitui as práticas tradicionais nas EDR's, alterando a matriz econômica dos municípios. As atividades que menos contribuem são a piscicultura, apicultura e ovinocultura (1%). Uma parte dessas ocupações envolvem esforço físico diário, o que pode se tornar um problema quando o produtor já apresenta uma idade avançada, pouca qualificação e não possui mão de obra externa para ajudar nas tarefas, algo comum em pequenas propriedades.

Outro problema para os empreendedores rurais é a assistência técnica - 55% dos entrevistados não recebem assistência do governo ou particular. Esse tipo de situação é um agravante para os proprietários, pois limita muito seu potencial de produção. Normalmente, a não prestação de serviços de assessoria técnica por parte do governo decorre da quantidade de propriedades na região estudada e o número insuficiente de funcionários para realizarem a prestação de serviço. Além disto, muitos proprietários acabam não procurando a assistência, pois consideram que o tempo para que a visita ocorra é longo. De acordo com Oliveira et al. (2017), a falta de assistência técnica ou sua baixa qualidade influenciam negativamente na geração de renda pelos produtores, demonstrando sua importância para o ganho de produtividade.

Por outro lado, dos 45% dos entrevistados que recebem assistência técnica, 74% declararam que é de boa qualidade, 23% disseram que é regular e apenas 3% citaram que é ruim. Uma boa percepção de quem recebe assistência técnica normalmente é relacionada à forma como o técnico se comporta, assumindo uma posição propositiva e fornecendo o acompanhamento sistemático sobre as atividades desenvolvidas na propriedade. Kasmin et al. (2019) relatam que, para a agricultura familiar, a assistência técnica amplia a renda do produtor, sendo fundamental para trazer qualidade de vida a este grupo de empreendedores. Pelisson (2020), avaliando a agricultura familiar no município de Tabapuã – SP, também descreve que sem assistência técnica efetiva, não é possível a manutenção adequada destes agricultores em suas atividades laborais.

Em relação à participação em entidades de classe, 73% dos entrevistados não participam de cooperativas, entidades de classe ou associações. Apenas 21% participam de cooperativas e 6%, associações. A justificativa dos entrevistados para sua não participação é a perda de confiança em tais entidades, tendo em vista que elas normalmente vislumbram apenas interesses de poucos proprietários e não o coletivo, fugindo, assim, do verdadeiro objetivo do grupo.

Declararam, ainda, que muitos proprietários rurais acabaram perdendo suas terras para os bancos, em função de decisões erradas da diretoria da cooperativa, que levaram as entidades de classe a contraírem grandes dívidas de financiamento, onerando os produtores, que não conseguiram arcar com os custos. Outro fator mencionado foi o fato de os gestores não serem profissionais da área, ou seja, quem administra e determina os caminhos são os produtores que estão na diretoria, não contratando pessoas preparadas (qualificadas) para o gerenciamento.

Segundo Estevam et al. (2015), em Santa Catarina existem cooperativas, associações ou entidades de classe, operando com sucesso. Os autores afirmam, ainda, que isso é em decorrência, no caso das pequenas entidades, da participação de todos nas decisões e da transparência da gestão, além da cultura de ajuda mútua. Já no caso das grandes cooperativas e associações, a contratação de profissionais capacitados e trabalho sério da diretoria acabam direcionando para resultados positivos.

O que se percebe é que, para um sucesso efetivo dessas associações e cooperativas, precisa-se além de pessoas que queiram realmente representar o grupo com eficiência, implementar boas práticas de governança corporativa. É necessário transparência, prestação de contas, avaliação de desempenho, remuneração justa e responsabilização pelas decisões, contrapesos independentes no processo decisório, respeito às formalidades,

controles e supervisão independentes, comportamento ético das lideranças, cooperação entre colaboradores e promoção do interesse coletivo da organização, além de outras ações fundamentais para o bom funcionamento de toda a organização (ARAÚJO, 2014).

Caso não ocorra o funcionamento da entidade de acordo com as boas regras de governança, o prejuízo é de todos. Bialoskorski Neto e Balieiro (2001) afirmam que as organizações possibilitam aos produtores associados um aumento de suas rendas, tendo em vista que elas apoiam os pequenos produtores na transferência de tecnologia e na organização da propriedade rural.

Verifica-se que a organização é fundamental para o fortalecimento e resolução de problemas dos produtores, entretanto eles precisam desenvolver formas de organização que lhes propiciem melhores resultados na compra e venda dos produtos, assim como na resolução de problemas coletivos. Quando se participa de algum tipo de organização, fica muito mais fácil fazer reivindicações junto aos governos, seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, as quais podem redundar em políticas públicas que atendam a todos em menor espaço de tempo.

Em relação ao crédito rural, 49% dos entrevistados relatam ter dificuldades de acesso ao crédito em decorrência da exigência de projeto técnico detalhado; já para 25%, o problema são as garantias reais de bens; para 15%, a contrapartida exigida é a principal dificuldade; 11% dos entrevistados citam outras dificuldades. A exigência do projeto técnico, que aparece como a principal dificuldade para o financiamento, pode ser em função da existência de poucos profissionais qualificados na região, de acordo com relatos dos proprietários.

Segundo os entrevistados, eles contam apenas com a assistência técnica oferecida pela Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Ela é realizada por um Engenheiro Agrônomo, um Técnico Agropecuário e um Médico Veterinário; porém é difícil os profissionais atenderem aos proprietários em tempo real devido ao grande número de propriedades. Conforme Kasmin et al. (2019), avaliando agroindústrias familiares no oeste do Paraná, a função econômica e social da agricultura familiar depende de políticas de desenvolvimento rural, como a assistência técnica de qualidade. Sem essa premissa, o sucesso da atividade é prejudicado. De acordo com Pelisson (2020), a manutenção dos produtores familiares no campo só é possível por meio de políticas públicas que os valorizem e os reconheçam como fundamentais para o

abastecimento urbano. Caso isso não ocorra, a tendência é o abandono gradual de suas atividades.

Sobre as garantias reais, os produtores relatam que não têm o valor necessário para oferecer, o que seria o resultado da pequena geração de renda da propriedade. A dificuldade da contrapartida vem em função das instituições exigirem que uma parte dos recursos financeiros liberados fique aplicada como poupança ou títulos de capitalização, diminuindo o valor real a ser recebido.

Costa et al. (2015) declaram que as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor poderiam ser minimizadas, caso eles pertencessem a associações, cooperativas ou entidades de classe. Elas poderiam representar esses proprietários junto a órgãos financeiros e governamentais, além de auxiliar na elaboração de projetos técnicos. Porém, isso acaba não ocorrendo, já que boa parte dos produtores não participa de tais entidades. Dessa maneira, uma parte significativa tem no arrendamento uma opção de renda.

Os dados do Instituto de Economia Agrícola - IEA (2018) indicam que, a partir do ano de 2000, começou a expansão canavieira na EDR de Jales, para atender necessidades da empresa sucroenergética instalada na EDR de Fernandópolis, ocorrendo uma maior incidência de arrendamento no ano de 2008, com a instalação de novas plantas na região. Entretanto, em relação à porcentagem de empreendedores rurais, mesmo com a necessidade de novas áreas de plantio de cana-de-açúcar para atender as usinas, 59% dos entrevistados não tiveram interesse no arrendamento, mesmo com a possibilidade de aumento da renda mensal, sob a justificativa de valorização da cultura no campo e respeito aos seus antepassados.

Dos 41% dos entrevistados que arrendaram suas terras, verifica-se que a incidência de área arrendada está entre 50,1 a 75 ha (36%), seguida de 75,1 a 100 ha (34%), 25,1 a 50 ha (18%) e, 0,1 a 25 ha (12%), com 70% dos proprietários arrendando entre 50,1 e 100 ha. Os resultados demonstram que a maior parte dos produtores rurais arrenda mais da metade de sua área, o que permite um aumento significativo em sua renda. Por outro lado, dificulta que outras atividades continuem a ser desenvolvidas no local, como por exemplo, bovinocultura de leite e corte, fruticultura e produção de hortaliças.

Os resultados revelam que os proprietários que arrendam suas terras para as usinas têm como justificativas: a idade avançada (59% dos entrevistados que arrendaram suas terras têm idade superior a 60 anos), dificuldades de trabalhar (com o envelhecimento ocorre uma tendência no aumento da cessão de terras), não sucessão familiar e, o valor

pago pela usina canavieira por hectare arrendado, que permite um aumento de renda significativo para grande parte dos proprietários (Tabela 1).

Não se pode negar que esses arrendamentos acabam trazendo para região outros impactos, tais como a mudança da paisagem e o aumento do preço de produtos alimentares, como leite, legumes, frutas, verduras e carnes, por exemplo. De acordo com Carlesso Neto e Veríssimo (2015), a competição pelo uso dos recursos e o crescimento da produção de etanol vêm produzindo impactos sobre o preço de alimentos. Uma menor área para produção de alimentos, em função da expansão canavieira, contribui para que os supermercados ou empresas de comercialização realizem a importação de outras regiões, o que leva a um crescimento nos custos na logística de transporte, onerando o preço dos produtos.

Por outro lado, a maior parte dos empreendedores rurais (55%) que não quiseram arrendar suas terras recebem, em média, entre 2,1 a 4,0 salários-mínimos e apenas 26% dos entrevistados recebem acima de 4,1 salários-mínimos. Entre os que arrendaram as terras, 93% recebem acima de 4,1 salários, indicando ganho financeiro. Segundo Inácio e Santos (2011), o arrendamento de terras para a usina canavieira pode gerar renda que, associada ao valor da aposentadoria, propicia uma qualidade de vida adequada.

A justificativa para o não arrendamento é baseada na valorização das raízes no campo. Os proprietários também afirmam que, após arrendarem suas terras por cinco anos, a usina não teria mais interesse, devido à queda de produtividade e os investimentos necessários para recuperar o solo. Ponderam, então, que não saberiam o que fazer com a propriedade, tendo em vista que, para o cultivo da cana, a maior parte ou todas as benfeitorias são removidas, deixando a “terra nua” e sem vegetação (exceto a protegida por lei), modificando totalmente a paisagem. Segundo os autores Faria (2011) e Souza (2013), quando ao término do contrato de arrendamento, a grande maioria dos produtores rurais não têm nenhum valor guardado proveniente do contrato com a usina, e muitos estão até endividados, sendo, assim, obrigados a renovar os contratos de arrendamento com novos termos.

Dessa maneira, diante das dificuldades de retomar as atividades rurais, o proprietário prefere manter o arrendamento, mesmo que possa ocorrer uma diminuição no valor a ser pago por hectare. Cabe ressaltar que os contratos firmados entre proprietários e as usinas são regulares, com 97% deles registrados em cartório, com duração em torno de 60 meses (98%), demonstrando segurança jurídica, o que incentiva o arrendamento, além da certeza de um rendimento constante durante cinco anos.

CONCLUSÃO

Os pequenos produtores das EDRs de Jales e Fernandópolis possuem baixo índice de escolaridade e idade avançada, estando na atividade rural há mais de 20 anos, com a maior parte optando pelo não arrendamento de suas terras. Entretanto, a renda dos proprietários que arrendaram, em sua maioria, situou-se acima de 4,1 salários-mínimos por mês, ganhos superiores a quem não arrendou. Uma grande parcela de proprietários não participa de cooperativas ou associações, por não acreditarem na importância do grupo e possuem dificuldade para acesso ao crédito rural, relacionada à exigência de projeto técnico detalhado, entre outros, prejudicando um maior ganho econômico. Assim, um conjunto de fatores, tal como o envelhecimento da população, está levando ao abandono gradual das atividades rurais, fortalecendo o arrendamento das propriedades para as usinas sucroenergéticas, em busca de ofertas de ganhos reais e aumento temporário da renda.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à CAPES pela concessão das bolsas de produtividade (PQ1C e PQ2) e de pós-graduação, respectivamente. À Universidade Anhanguera-Uniderp, pelo apoio concedido.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luis César G. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ARAÚJO, Massilon Justino. **Fundamentos de Agronegócios**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo.; BALIEIRO, Carolina de Figueiredo. Capital social e cooperativas na agricultura do estado de São Paulo: um ensaio analítico. **Revista Vanguarda Econômica**, Belo Horizonte, v. 9, p. 72-86, 2001.
- BORGES, Marcio Silva; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; CASTRO, Maria Cristina Drumond. A gestão do empreendimento rural: um estudo a partir do programa de transferência de tecnologia a pequenos produtores. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, n. 43, p. 141-156, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n43p141>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p.

35-53, 2019. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v26i2a2019.1944>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BUAINAIN, Antônio Marcio; DI SABBATO, Alberto; SOUZA, André Cabral; GUANZIROLI, Carlos Enrique; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim; BATALHA, Mário Otávio; SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro; ALVES, Eliseu. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

CARLESSO NETO, Oswaldo; VERÍSSIMO, Michele Polline. Expansão da agricultura canavieira e a geração de energia. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 1-27, 2011.

CARVALHO, Yara Maria Chagas; KUHN, Vera Lúcia. Agricultura familiar no estado de São Paulo: política e condições econômicas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 8, p. 15-51, 1999.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 111-127, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

COSTA, Thiago Vieira; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo.; CONCEIÇÃO, Marco Antônio Fonseca. Caracterização social e tecnológica da produção de uvas para mesa em pequenas propriedades rurais da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 34, n. 3, p. 766-773, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-29452012000300016>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

DALCIN, Dionéia; MACHADO, João Armando Dessimon. Os estilos de tomada de decisão, as características dos agricultores e das propriedades rurais de Palmeira das Missões/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 337-358, 2015. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1781>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spilleri. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/151870122015205>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FARIA, Arley Haley. **A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): o discurso da modernidade e as des-(re)-territorializações nos Cerrados do município de Ibiá**. 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16110?locale=pt_BR>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREDO, Carlos Eduardo; OTANI, Malimíria Norico. Caracterização preliminar da agricultura familiar no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 9-29, 2015. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2015/tec1-1215.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; SILVEIRA, Fernando G.; ICHIHARA, Silvio M.; AZZONI, Carlos R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300002>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Clima**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Área e produção dos principais produtos da agropecuária do estado de São Paulo**. São Paulo: IEA, 2018. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/bancodedados.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

INÁCIO, Jaqueline Borges; SANTOS, Rosselvelt José. A expansão da cana-de-açúcar nos territórios de produtores tradicionais do Triângulo Mineiro - MG. **Revista Percursos**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 167-195, 2011.

KASMIN, Marco Aurelio; PASSINI, João José; BOICO, Débora Guerino. A importância da assistência técnica e extensão rural para agroindústrias familiares: o caso da agroindústria de panificação no oeste do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, Francisco Beltrão, v. 5, n. 1, p. 84-98, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.48075/gd%20em%20revista.v5i1.21740>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LIMA, Edy Carlos Santos; MATIAS, Rosemary; PINA, José Carlos; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck. A expansão da cultura canavieira em municípios pertencentes aos escritórios de Desenvolvimento Rural de Fernandópolis e Jales, São Paulo, entre 1984 e 2014. **Revista de Geografia**, Recife, v. 37, n. 3, p. 329-346, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.51359/2238-6211.2020.247413>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. **Revista de História**, São Paulo, v. 165, p. 403-424, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i165p403-424>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MPS. Ministério da Previdência Social. **Base de dados históricos da previdência social**. Brasília: MPS, 2015.

NARDOQUE, Sedeval; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales-SP/Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 9, p. 1-10, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104438>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; ARAÚJO, Fernando Moreira; QUEIROZ, Carlos Cesar. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 3, p. 528-

551, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/bgg.v37i3.50769>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PELISSON, Guilherme Valagna. As dinâmicas territoriais da agricultura familiar no município de Tabapuã - SP. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 30, n. especial (2), p. 255-270, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30nesp2p255>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da Região Nordeste. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 631-661, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300011>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SANTOS, Gilberto José; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 2002.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Gestão que gera resultado**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 01 set. 2021.

SEGATTI, Sonia. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da Microrregião de Dracena - SP**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antonio; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis – GO**. 2013. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15957>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Como citar:

ABNT

LIMA, E. C. S. [et al.]. Características socioeconômicas dos produtores familiares do noroeste de São Paulo e o arrendamento de terras para a cultura da cana-de-açúcar. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 8, e202210, 2022.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202210>>. Acesso em: 31 out. 2022.

APA

Lima, E. C. S. [et al.]. Características socioeconômicas dos produtores familiares do noroeste de São Paulo e o arrendamento de terras para a cultura da cana-de-açúcar. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 8, e202210, 2022. Recuperado em 31 outubro, 2022, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202210>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2022, Universidade Federal do Maranhão.

